

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.275 - DF (2019/0356863-6)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : GABRIEL MOREIRA DA SILVA (PRESO)
ADVOGADOS : BRUNO CRISTIAN SANTOS DE ABREU (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA) - DF043143
NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA DO UNICEUB
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por GABRIEL MOREIRA DA SILVA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios no julgamento do HC n. 0720467-26.2019.8.07.0000.

Extrai-se dos autos que o recorrente foi preso em flagrante em 27/05/2019 por ter supostamente praticado o delito tipificado no art. 180, *caput*, do Código Penal (receptação). Em 29/05/2019, na audiência de custódia, referida prisão foi convertida em prisão preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem nos termos do acórdão que restou assim ementado (fl. 169):

HABEAS CORPUS. CRIME DE RECEPÇÃO. PACIENTE QUE CONDUZIA AUTOMÓVEL FURTADO, CIENTE DA ORIGEM ESPÚRIA. PRISÃO FLAGRANCIAL CONVERTIDA EM PREVENTIVA COMO GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONDENAÇÕES ANTERIORES POR CRIMES DE FURTO E DE ROUBO. PROGRESSÃO PARA O REGIME ABERTO DOMICILIAR. POSTERIOR BENEFÍCIO DE LIBERDADE PROVISÓRIA. COMETIMENTO DE NOVO CRIME. PRISÃO PREVENTIVA NECESSÁRIA PARA CONTENÇÃO DA CONTUMÁCIA. ORDEM DENEGADA.

1. Paciente preso em flagrante por infringir o artigo 180, do Código Penal, depois de ter sido preso em flagrante quando conduzia um automóvel furtado ciente da origem ilícita. Prisão flagrancial convertida em preventiva como garantia da ordem pública.

2. Apesar de se tratar de receptação, crime que não envolve violência a pessoa, o paciente registra condenações por crimes de furto qualificado e de roubo maj orado, logrando obter a progressão

Superior Tribunal de Justiça

ao regime aberto domiciliar. Em abril de 2019 fora preso em flagrante pelo crime de ameaça e contravenção de por vias de fato em contexto de violência doméstica e familiar. Receber liberdade provisória na audiência de custódia, mas voltou agora a delinquir, denotando insensibilidade à pedagogia da pena e descompromisso com o Estado-Juiz. Prisão preventiva necessária para contenção da contumácia.

3. Ordem denegada.

No presente recurso, alega que o decreto prisional carece de fundamentação idônea, uma vez que pautado exclusivamente na gravidade abstrata do delito. Sustenta ausência dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Aponta suficiência, no caso concreto, da aplicação de medidas cautelares alternativas ao cárcere.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva, ainda que mediante imposição de medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

É o relatório.

Decido.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar**.

Solicitem-se informações ao juízo de primeiro grau e à autoridade apontada coatora, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, quando for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

